

O ENSINO DA MEDICINA LEGAL NO ESTADO DO TOCANTINS

TAVARES; A.C.T^{1*}, SILVA; S.C.C.², TAVARES; L.A.M.³

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Palmas, Tocantins

²UNIVERSIDADE DO GURUPI, Gurupi, Tocantins

³UNIEURO, Brasília, Distrito Federal

*TAVARES; A.C.T.; e-mail: aclaudiattavares@gmail.com

RESUMO

O estado de Tocantins possui uma média de 1,96 médicos a cada mil habitantes. Só em Palmas são 1.501 médico, segundo último senso de demografia médica promovido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Atualmente, o País conta com 341 escolas médicas em funcionamento, das quais 6 estão no estado. Contudo, o ensino da medicina legal permanece defasado, tendo em vista que alunos do 5º e 6º ano da graduação possuem dificuldades básicas como preencher declaração de óbito ou o fluxo do Sistema de Verificação de Óbito (SVO).

Palavras-chave Hospitais de Ensino, Medicina Legal, Universidades

Introdução

Mesmo com a ascensão das escolas médicas no país, graduandos possuem diversas lacunas no ensino e a medicina legal que não está presente nas grades curriculares de algumas. Em contrapartida, a prática médica exige do profissional a condução correta diante um óbito, mesmo com pouco tempo de prática.

Objetivos

Validação por meio da literatura, que embasa a tese da defasagem do ensino da medicina legal, observado durante as atividades do Programa de Residência da Universidade Federal do Tocantins.

Métodos

Trata-se de revisão de literatura sistemática, realizada em duas etapas: as buscas dos artigos, que se iniciaram em fevereiro de 2023 e se estenderam até Abril do mesmo ano. Usado descritores “Medicina Legal” e “Hospitais de Ensino”. As bases de busca foram LILACS, MEDLINE e IBECs.

Resultados e Discussão

Entre as principais faculdades do Tocantins, não possuem medicina legal entre as matérias da graduação. A Diretriz Curricular Nacional do Ministério da Educação para a

Graduação em Medicina, também não cita a obrigatoriedade sobre o ensino da Medicina Legal. Subentende-se que, durante a prática o graduando terá contato com óbito, contudo, não sendo aplicado de forma objetiva na grade curricular. O ensino pode-se tornar informal, sem o embasamento teórico necessário para a condução do caso.

Tal defasagem pode ser resultado de um sistema de verificação de óbitos desassistido financeiramente durante o desenvolvimento do estado, que possui apenas 34 anos. Em contrapartida, atualmente vem crescendo e se modernizando. Em 2022, houve expansão dos seus serviços, com a implementação da autópsia verbal e capacitação dos seus servidores. Demonstrado em estudo comparativo de CARVALHO; A. A. B., 2021, mostrou o comparativo dos serviços de SVO entre Palmas e Ribeirão Preto, apontando que a falta de preparo dos profissionais de saúde seria um agravante para os índices de óbitos não esclarecidos.

Conclusão

A falta de preparo da equipe quanto ao conhecimento técnico e o amparo jurídico diante de um óbito, prejudica o sistema de saúde, tendo em vista que, dados importantes seriam omitidos e importantes indicadores não seriam gerados. Sendo esses responsáveis por auxiliar em geração de recursos para a melhoria do sistema de saúde.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Arthur Alves Borges de. **Estudo comparativo de procedimentos do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO-TO) Palmas-Tocantins e Serviço de Verificação de Óbitos do interior (SVO-RP) da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.** 2021. USP, Ribeirão Preto, 2022.